

# Finanças acusam militares de praticar actos ilegais

**Defesa.** Forças Armadas repudiam acusações de alegadas ilegalidades na adesão ao sistema salarial único e nas promoções subsequentes

MANUEL CARLOS FREIRE

A integração dos militares na tabela remuneratória única da Função Pública (2010) foi marcada por "ilegalidades" que têm de ser corrigidas, com a devolução de alguns milhões de euros em aumentos salariais incorrectamente pagos.

Esta posição, segundo diferentes fontes ouvidas pelo DN, consta do demolidor relatório preliminar que a Inspeção-Geral das Finanças (IGF) enviou aos ramos das Forças Armadas (FA) em Março, dando um prazo de 10 dias para responder (que terminou quinta-feira).

No parecer jurídico comum anexado aos relatórios individuais de cada ramo, a IGF frisa que "o Ministério das Finanças nunca autorizou (...) quaisquer verbas para fazer face à prática de actos de execução financeira especificamente respeitantes a montantes devidos" para os reposicionamentos e transições dos militares na tabela salarial única (TSU) da Função Pública.

Segundo a IGF, as FA interpretaram a lei com uma "Instrução Técnica (...) que inova e extrapasa os termos e os efeitos que a lei estabelece e sem que tenha sido submetida à tutela" para "assegurar a execução orçamental de algumas das transições previstas".

A IGF responsabiliza também o legislador pelo "vazio legal" que permitiu às FA fazer uma interpretação da lei "mais favorável" às suas expectativas e "independentemente da sua onerosidade orçamental". As Finanças dão o exemplo da ordem dos critérios usados na transição para a TSU: se as promoções e progressões de carreira dos militares tivessem sido feitas antes da sua colocação na nova tabela, os custos seriam inferiores.

Entre outros casos, a IGF diz que houve transições para a 2.ª posição remuneratória da TSU que "são ilegais por não terem suporte no que a lei determina", pelo que a correcção "deve efectuar-se com efeitos retroactivos e as inerentes repercussões financeiras".

As conclusões da IGF resultam da investigação, ordenada pelos ministros das Finanças e da Defesa, para perceber o aumento das despesas salariais nas FA em Janeiro deste ano (face a igual período de 2010), apesar das regras de contenção em vigor.

A decisão levou o PCP a questionar o Governo (*ver texto secundário*), para saber se havia "algum indício de irregularidades cometidas no âmbito da gestão financeira das Forças Armadas para justificar uma inspeção que "representa (...) um juízo de suspeição" sobre os militares "que se afigura desproporcionada".

PCP requereu explicações sobre acção inspectiva às Forças Armadas

## Resposta militar

Armada, Exército e Força Aérea coordenaram - a exemplo da aplicação do novo sistema remuneratório - as respostas de repúdio ao documento, embora com nuances na dureza dos comentários.

De acordo com fontes dos ramos - cujos porta-vozes recusaram fazer comentários, alegando desconhecimento - houve quem transmitisse "muita preocupação com o tipo de linguagem usada" pela IGF, num relatório "incorrecto, fazendo acusações muito pouco precisas e sem nexos".

Outra fonte admitiu que o ramo usou "linguagem de alguma dureza" para contestar - com "parágrafos um bocadinho violentos, embora numa linguagem burilada" - um relatório que parece "pretende[r] passar para as FA o ónus" da crise.



Santos Silva garante que os militares usam os recursos de forma criteriosa

## Forças Armadas são "um exemplo" de contenção em época de crise

**"REAL THAW"** O ministro da Defesa declarou esta semana que as Forças Armadas (FA) são "um exemplo de utilização criteriosa de recursos que deve ser seguido pela administração pública".

O que as FA estão a fazer "nos seus ramos e no Estado-Maior General, em matéria de utilização criteriosa de recursos, julgo que é um exemplo que todos os restantes sectores da administração pública portuguesa podem replicar, porque é um bom exemplo", frisou Augusto Santos Silva, citado pela Lusa à margem de uma visita ao exercício "Real Thaw", na Covilhã.

Sobre a capacidade de fazer novos cortes, Augusto Santos Silva respondeu: "Não se trata de sofrer,

mas sim de superar dificuldades e se há instituição preparada para superar dificuldades são as Forças Armadas", como prova o exercício "Real Thaw" - "um bom exemplo de como, partilhando recursos, fazendo exercícios combinados, concentrando as operações, conseguimos produzir mais resultados com menos custos".

Fonte oficial do gabinete de Santos Silva disse ontem ao DN que "o Ministério da Defesa Nacional ainda não recebeu" o relatório da IGF. Mas Augusto Santos Silva, pelo que disse na véspera de terminar o prazo para os ramos responderem às Finanças, já parecia conhecer as linhas gerais do documento - pelo que as suas palavras

valem como uma rejeição das conclusões daquele organismo sobre a forma como as FA agiram na mudança para o novo sistema salarial (*ver texto principal*).

O Ministério também respondeu ao PCP sobre o porquê de ter ordenado a intervenção da IGF. Num ofício datado de 29 de Março, explica-se que o despacho conjunto das Finanças e da Defesa visou "averiguar as situações que contribuíram para o acréscimo das despesas salariais em Janeiro deste ano (face a Janeiro de 2010 e apesar dos cortes salariais feitos), "aferrindo nomeadamente da [sua] regularidade jurídica e financeira" para "poder projectar o impacto orçamental até ao final do ano".